

**PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030 /2021**

Projeto de Lei nº 50/2021

Dispõe sobre alterações na lei nº 1516, de 06 de junho de 2012 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porecatu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, apresenta à Judiciosa apreciação desta Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - O Artigo 5º, da Lei 1516 de 2012, passa a ter a seguinte redação:
O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto de 10(dez) membros titulares e respectivos suplentes representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 05(cinco) representantes da sociedade civil, sendo:
2(dois) representantes de entidade de atendimento à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, transtornos globais do desenvolvimento;
1(um) representante dos profissionais que atuam nas áreas de deficiências física, auditiva, visual ou mental;
1(um) representante das escolas particulares de ensino;
1(um) representante da Associação Comercial.

II – 05(cinco) representantes do poder Público Municipal, sendo:
1(um) representante da Secretaria de Serviço Social;
2(dois) representantes da Secretária de Educação, sendo 1(um) da equipe multidisciplinar;
1(um) representante da Secretaria de Saúde;
1(um) representante da Agencia do Trabalhador.

§ 1º Os representantes serão um titular e um suplente com plenos poderes para substituir o titular em suas faltas ou impedimentos, e em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 2º O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares.





Artigo 2º - Fica alterado o período do mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dando ao artigo 6º da lei 1516 de 2012 uma nova redação; a seguir:

O Mandato do presidente e dos demais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de 02(dois) anos, permitida uma recondução por mais um período.

§ único – Após o período de recondução fica permitida a reeleição para mandatos futuros, após ter se ausentado do cargo por, pelo menos, um mandato.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um (07.10.2021).

FÁBIO LUIZ ANDRADE

PREFEITO





Porecatu, 07 de outubro de 2021.

JUSTIFICATIVA

Senhores Membros do Legislativo Municipal:

Encaminhamos à superior apreciação dos Eméritos Vereadores, o incluso Projeto de Lei onde procura este Executivo necessária autorização legislativa para alterar a Lei 1516 de 06 de junho de 2012, que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e instituiu a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Vale ressaltar, nobres Edis, que as modificações pretendidas neste Projeto, é em atendimento às recomendações da SEDS (Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social), do Estado do Paraná.

Diante do exposto e percebendo não se fazer necessário maiores fundamentações, solicitamos dos Nobres Vereadores a aprovação do presente projeto de lei do executivo e sua conseqüente transformação em Lei.

Atenciosamente,

Fábio Luiz Andrade
PREFEITO

